

**RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**  
realizada pela  
**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
em **MANHUAÇU**

*ALMG*

*Consultoria Temática da CSP*

## **Manhuaçu, 23/3/2010**

### **I - Apresentação**

Em 23/3/2010, realizou-se, na Câmara Municipal de Manhuaçu, a 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública, requerida pelo Deputado João Leite, com a finalidade de discutir a segurança pública na região.

Além do Deputado João Leite, compuseram a Mesa: Vereador Toninho Gama, Presidente da Câmara Municipal de Manhuaçu; Vereadora Maria Imaculada Dutra; José Carlos Bolsoni, Delegado Regional de Segurança Pública de Manhuaçu; Lourival Silva Pereira, Delegado Assistente do 12º Departamento de Polícia Civil de Ipatinga, representando o Chefe de Polícia Civil; Ten.-Cel. Ney de Castro de Brito, Comandante do 11º Batalhão, representando o Comandante da Polícia Militar; Fábio Santana Lopes, Diretor da Secretaria das Promotorias de Justiça da Comarca de Manhuaçu, representando o Procurador-Geral de Justiça do Estado; Cristiano Jomar Costa Campidelli, Delegado Chefe de Polícia Federal de Governador Valadares, representando o Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal em Minas Gerais; João Pessoa, Superintendente Regional de Educação; e Rosângela Barbosa Toledo, Diretora Regional da Secretaria de Desenvolvimento Social em Governador Valadares, representando a Secretária de Estado de Desenvolvimento Social.

### **II - Desenvolvimento da reunião**

#### **II.1) Exposições e discussão**

O Presidente da Comissão abriu a reunião informando os motivos da realização do encontro no Município de Manhuaçu. Disse que, apesar de o Município fazer parte da Região Integrada de Segurança Pública – Risp – sediada em Ipatinga, sua grande extensão e a grande distância entre Manhuaçu e o Vale do Aço justificavam uma reunião específica para discutir os problemas locais e, possivelmente, a possibilidade de Manhuaçu e região desmembrarem-se da Risp de Ipatinga, tornando-se aquela cidade sede de uma nova Risp.

Em seguida, o Vereador Toninho Gama, Presidente da Câmara Municipal de Manhuaçu, apresentou diferentes informações sobre a questão da segurança pública na região. Segundo ele, os fatores que mais influenciam na dinâmica da segurança local estão ligados ao tráfico de drogas e à proximidade de Manhuaçu e região com o Estado do Espírito Santo (entrocamento entre as BRs 262 e 116).

A Vereadora Maria Imaculada, que está à frente do projeto de construção de uma unidade de internação e tratamento de dependentes químicos no Município, a ser denominada Comunidade Terapêutica Santa Mãe da Providência, reclamou da dificuldade de obtenção de recursos do Estado para terminar a unidade.

A seguir, falaram José Carlos Bolsoni, Delegado Regional de Segurança Pública de Manhuaçu, e Lourival Silva Pereira, Delegado Assistente do 12º Departamento de Polícia Civil de Ipatinga. Segundo Bolsoni, a 6ª Delegacia Regional de Segurança Pública, sediada em Manhuaçu, atende ao Município e a mais 23 cidades, dentre as quais se encontram Mutum, Espera Feliz, Laginha e Manhumirim.

Com relação à situação de Manhuaçu em especial, o Delegado Bolsoni enfatizou as dificuldades de atuação da Polícia Civil devido à carência de recursos humanos. Ele ilustrou sua fala mostrando que a regional da Polícia Civil dispõe de apenas 88 servidores para atender a 24 Municípios.

Apesar disso, Bolsoni informou que a regional está cumprindo, em toda a sua área de abrangência, as previsões do acordo de resultados feito com o governo do Estado, além de estar executando com rigor as metas estipuladas referentes à produção de inquéritos policiais e Termos Circunstanciados de Ocorrência – TOCs.

Ainda pela Polícia Civil falou Getúlio Vargas de Lacerda, Delegado da área de Homicídios da 6ª Delegacia Regional da Polícia Civil – DRPC –, segundo o qual, dos últimos cinco crimes violentos acontecidos na região, todos foram apurados. Entretanto, ele reconheceu que há casos que ainda não foram esclarecidos.

Depois da Polícia Civil, coube à Polícia Militar, por meio do Ten.-Cel. Ney de Castro, fazer sua exposição sobre a segurança pública local. Segundo ele, a região é atendida pelo 11º Batalhão da Polícia Militar, cuja área de atuação coincide com a ocupada pelos 24 Municípios da 6ª DRPC. O 11º Batalhão se divide em duas companhias, uma com sede em Manhumirim e outra em Manhuaçu.

Para o Tenente-Coronel, a Polícia Militar está mais bem equipada que a Polícia Civil para atuar na região, pois conta com um efetivo de 441 pessoas, o que representa um contingente cinco vezes maior que o da Polícia Civil.

Com relação ao número de crimes considerados não violentos, como danos e furtos simples, Manhuaçu ocupa a 209ª posição em um Estado constituído por 853 Municípios.

Ainda segundo os dados apresentados pelo Tenente-Coronel, no que diz respeito à ocorrência de crimes violentos, entre 2007 e 2009 e de 2009 a 2010, os índices de criminalidade apresentam uma tendência de redução, ainda em consolidação.

Analisando-se o número de homicídios entre 2007 e 2009, ele observou que houve aumento no ano de 2009, mas, na comparação proporcional com o ano de 2010, houve redução. Até a data da reunião, haviam ocorrido três homicídios.

Com relação aos crimes ligados ao tráfico de drogas, afirmou que já estava em curso uma série de ações referentes a seu combate, razão pela qual foram feitas muitas apreensões. O Ten.-Cel. Ney de Castro ressaltou, além do sucesso da parceria com a Polícia Civil, o resultado positivo que a repressão às drogas tem trazido. Em contrapartida, demonstrou preocupação quanto à necessidade de desenvolvimento também de um trabalho de prevenção.

Quanto à apreensão de armas de fogo, no ano de 2010 houve um aumento significativo: foram 94 apreensões de janeiro até a data da reunião.

Com relação às ações que a Polícia Militar desenvolve no campo social, na área de prevenção, o Tenente-Coronel destacou o Proerd, que é muito bem aceito na comunidade, citando ainda outro programa, também com foco na juventude e que tem gerado resultados muito positivos: o projeto Jovens Construindo a Cidadania.

Em sua exposição, o representante do Ministério Público, Promotor Fábio Santana, enfatizou a relevância de incrementar-se a articulação do Estado com os Municípios no desenvolvimento de ações sociais visando ao amortecimento da criminalidade. Ele ressaltou outro problema crônico local: a insegurança nas estradas federais que cortam a região, responsáveis por vários acidentes e pela morte de um número crescente de pessoas ao longo dos anos.

O Delegado Cristiano Campidelli, da Polícia Federal de Governador Valadares, afirmou que essa delegacia é responsável por uma área formada por 182 Municípios. Falou sobre um projeto, desenvolvido pela Polícia Federal, de interiorização para as cidades onde exista justiça federal. Nesse sentido, ele adiantou que já está planejada a instalação de uma nova delegacia federal em Ipatinga, que ficará encarregada da região de Manhuaçu. O Delegado lembrou que a competência de atuação da Polícia Federal é bem mais restrita que a das Polícias Civil e Militar, uma vez que os crimes federais acontecem em número mais reduzido. Ele reconheceu que um efetivo de apenas 35 policiais para atender uma área de 182 Municípios é insuficiente, embora tenha ressaltado que, na eventual ocorrência de crime federal em Manhuaçu, a Polícia Federal tem condições de chegar ao Município em cerca de 2 horas e 30 minutos.

Sobre a estrutura da Polícia Federal, Campidelli fez questão de mencionar que a corporação como um todo deu um salto qualitativo nos últimos anos em decorrência de diversas ações. Uma delas foi a valorização profissional. Segundo ele, esse é um dos caminhos a ser buscado no âmbito da Polícia Civil.

O Deputado João Leite salientou o problema salarial das polícias, cujo saneamento tem esbarrado nos limites orçamentários do Estado e na concentração de 70% da arrecadação tributária na União Federal, quando, na realidade, a maior parte das despesas com segurança e sistema prisional ficam a cargo do Estado.

Em seguida, Cláudio Fynei Gonçalves de Oliveira, Presidente do Consep de Manhuaçu, ressaltou o papel do Conselho como fórum de discussão de vários assuntos, tais como os atos infracionais cometidos por adolescentes. De acordo com ele, falta estrutura para afastar as

crianças e os jovens da criminalidade e das drogas, da forma como determina o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disse ainda que as limitações da legislação trabalhista ao trabalho de menores aumentam a ociosidade dos jovens na sociedade, potencializando seu aliciamento por criminosos.

O Presidente do Consep afirmou também que o Conselho, por meio de recursos advindos do estacionamento rotativo, gerido pela entidade, comprou câmeras de monitoramento para auxiliar o trabalho da polícia. Entretanto, falta pessoal para operar tais equipamentos.

João Pessoa, Superintendente Regional de Educação, destacou o fato de muitas famílias estarem entregando integralmente a função de educar suas crianças e jovens à escola como um dos grandes desafios dos profissionais da educação. Ele chamou a atenção para o problema das drogas, que exerce impacto direto na educação.

Finalmente, o Presidente da Comissão abriu a palavra à platéia. O primeiro inscrito a falar foi Éden Antônio de Souza, provedor do Hospital Evangélico de Carangola, que vinculou a redução dos índices de criminalidade à reestruturação das famílias em geral. Em seguida, falou o Vereador Moisés Raposo, do Município de Simonésia. Segundo ele, Simonésia abrange uma área de 487km<sup>2</sup>, com população de 17.933 habitantes e dois distritos (um à distância de 50km e outro a 24km), e carece de policiamento por parte da Polícia Militar. O Pastor Gilberto Carlos, que falou na sequência, alertou para o mesmo problema, porém no Distrito de Vilanova, em Manhuaçu. Ele discorreu ainda sobre a existência de trechos perigosos nas rodovias federais da região, dentre eles, um trecho conhecido como “curva do S”, próximo à comunidade de São Pedro do Havaí, e outro entre Manhuaçu e Realeza.

Por último, houve a participação de Ranulfo Firmino, Diretor da Escola Estadual Santa Filomena, localizada no Município de Santana do Manhuaçu. O professor identificou nesse Município o mesmo problema de carência de policiamento já apontado por outros participantes da audiência, com o agravante de que a falta de vigias próprios – cuja contratação seria impedida por lei a todas as escolas públicas – torna a escola alvo constante de vândalos, que depredam o patrimônio público.

## II.1) Encaminhamentos aprovados:

a) ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT –, pedido de providências para a priorização de projeto de construção de anel rodoviário no Município de Manhuaçu, para a realização de estudos de correção de traçado e para a implantação de sinalização em, pelo menos, dois trechos perigosos nas rodovias federais na região, um conhecido como “curva do S”, próximo à comunidade de São Pedro do Havaí, e outro entre Manhuaçu e Realeza;

b) ao Promotor Fábio Santana Lopes, Diretor da Secretaria das Promotorias de Justiça da

Comarca de Manhuaçu; ao Delegado José Carlos Bolsoni, chefe do 12º Departamento de Polícia Civil em Ipatinga; e ao Ten.-Cel. Ney de Castro de Brito, Comandante do 11º Batalhão da Polícia Militar, envio de cópia das notas taquigráficas da 6ª Reunião Ordinária desta Comissão;

c) à Secretaria de Defesa Social, pedido de disponibilização de pessoal apto a operar, sob a coordenação da Polícia Militar, o equipamento de monitoramento da região central de Manhuaçu, já adquirido pela sociedade civil local;

d) à Secretaria de Defesa Social, ao Comandante da Polícia Militar e ao Chefe de Polícia Civil, pedido de providências para a ampliação dos efetivos das Polícias Civil e Militar na região de Manhuaçu e para o estudo da possibilidade de o Município se tornar sede de uma Região Integrada de Segurança Pública – Risp;

e) à Secretaria de Estado de Educação, pedido de providências para o estudo da viabilidade de instalação de equipamentos de segurança nas escolas públicas de Manhuaçu e região, bem como de disponibilização de efetivos de segurança, especialmente para a Escola Estadual Santa Filomena, em Santana do Manhuaçu;

f) às Secretarias Estaduais de Desenvolvimento Social, de Esportes e Juventude e de Defesa Social, pedido de providências para a concretização de parcerias entre o Estado e o Município de Manhuaçu em projetos que visem à prevenção da criminalidade;

g) ao Comandante-Geral da Polícia Militar, pedido de providências para reforçar a presença da polícia, por meio da implantação de um posto policial no Distrito de Vilanova, em Manhuaçu;

h) à Secretaria de Estado de Esportes e Juventude, por meio da Subsecretaria Antidrogas, pedido de apoio à construção da sede da Comunidade Terapêutica Santa Mãe da Providência, no Município de Manhuaçu, que recupera dependentes químicos.

### **III - Principais pontos abordados:**

a) a região apresenta baixo índice de criminalidade quando comparada ao restante do Estado, mas sofre pressões diferenciadas em virtude da proximidade com o Estado do Espírito Santo, bem como por ser cortada pelas rodovias federais BR-262 e BR-101, que atravessam o Brasil de leste a oeste e de norte a sul, respectivamente;

b) os índices de criminalidade na região têm apresentado leve tendência de queda nos últimos anos;

c) a Polícia Civil e a Polícia Rodoviária Federal apresentam déficit de pessoal e estrutura na região, sendo o efetivo da Polícia Militar cinco vezes maior que o da Polícia Civil;

d) a falta de policiamento ostensivo nos distritos mais distantes das sedes dos Municípios é uma reclamação frequente;

e) o consumo de drogas na região, principalmente de “crack”, está em crescimento;

f) a falta de apoio financeiro à expansão dos projetos sociais, que são fundamentais para a prevenção da criminalidade na região, é outra queixa constante.